

## DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Em relação ao princípio da legalidade administrativa, assinale a opção correta.
- (A) Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido ao agente fazer o que a lei autoriza.
- (B) A legalidade administrativa é princípio constitucional implícito e decorre da necessidade de observância da moralidade administrativa nas relações de Estado.
- (C) O administrador público pode criar seus próprios limites, mediante norma regulamentar editada no âmbito da competência do órgão.
- (D) Somente lei pode extinguir cargo público, quando este estiver vago.
- 

A: correta; o princípio da legalidade para o particular está no art. 5º, II, da CF, ao passo que o da legalidade para a Administração, no art. 37, caput, da CF; B: incorreta, pois a legalidade é princípio expresso (art. 37, caput, da CF); C: incorreta, pois quem cria os limites do administrador público é a lei, e não ele; D: incorreta, pois o decreto também pode extinguir cargos públicos vagos (art. 84, VI, b, da CF). Gabarito "A"

2. A obrigação atribuída ao Poder Público de manter uma posição neutra em relação aos administrados, não podendo atuar com objetivo de prejudicar ou favorecer determinadas pessoas, decorre do princípio da

- (A) moralidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) legalidade.
- (D) motivação.

Trata-se de uma das três facetas do princípio da impessoalidade: a) tratamento igualitário às pessoas; b) vedação à autopromoção; c) respeito à finalidade dos atos administrativos). Gabarito "B"

3. Com relação aos poderes administrativos, correlacione as colunas a seguir.

1) Poder vinculado      É o mecanismo de que dispõe a Administração Pública para conter abusos do direito individual.

2) Poder hierárquico      É a faculdade de que dispõem os chefes do Executivo, em todas as esferas, de explicar a lei para sua correta execução.

3) Poder de polícia      Confere ao administrador liberdade na escolha da conveniência, oportunidade e conteúdo do ato.

4) Poder regulamentar Impõe ao agente público a restrição rigorosa aos preceitos legais, sem qualquer liberdade de ação.

5) Poder disciplinar Tem por objetivo ordenar, controlar, coordenar e corrigir as atividades administrativas no âmbito interno da Administração Pública.

6) Poder discricionário É a faculdade punitiva interna da Administração e só abrange as infrações relacionadas com o serviço. A seqüência correta, de cima para baixo, é:

(A) 2 - 5 - 6 - 1 - 4 - 3

(B) 6 - 5 - 2 - 1 - 3 - 4

(C) 1 - 4 - 2 - 6 - 5 - 3

(D) 3 - 4 - 6 - 1 - 2 - 5

---

A alternativa “d” é a correta, pois faz a relação adequada entre os poderes e seus conceitos. Gabarito "D"

4. São tradicionalmente afirmados pela doutrina como atributos do ato administrativo

(A) presunção de imperatividade e de executoriedade.

(B) imperatividade e exigibilidade.

(C) executoriedade e vinculação.

(D) presunção de legalidade e vinculação.

(E) discricionariedade e executoriedade.

---

A, B, C, D e E: Os atributos do ato administrativo são: presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, autoexecutoriedade e tipicidade. Assim, apenas a alternativa “B” está correta. Gabarito "B"

5. O ato administrativo, – para cuja prática a Administração desfruta de uma certa margem de liberdade, porque exige do administrador, por força da maneira como a lei regulou a matéria, que sofresse as circunstâncias concretas do caso, de tal modo a ser inevitável uma apreciação subjetiva sua, quanto à melhor maneira de proceder, para dar correto atendimento à finalidade legal, – classifica-se como sendo

(A) complexo.

(B) de império.

(C) de gestão.

(D)discricionário.

---

Trata-se da definição de ato discricionário, conclusão que pode facilmente ser verificada pelo fato de o enunciado se referir a ato em que há uma “certa margem de liberdade”, expressão típica quando se define esse tipo de ato. Gabarito "D"

6. Em âmbito federal, o direito de a Administração Pública anular atos administrativos eivados de vício de ilegalidade, dos quais decorram efeitos favoráveis para destinatários de boa-fé

(A)decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que praticado o ato.

(B)não se submete a prazo prescricional.

(C)prescreve em 10 (dez) anos, contados da data em que praticado o ato.

(D)não se submete a prazo decadencial.

---

GABARITO “A” – De fato, o art. 54, caput, da Lei 9.784/99 dispõe que o prazo decadencial para anular atos que beneficiam alguém de boa-fé é de 5 anos, contados da data em que praticado o ato. Apesar se a alternativa “a” ser a “mais correta”, a afirmativa está incompleta, pois, no caso de atos com efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento (art. 54, § 1º, da Lei 9.784/99).

7. Complete as lacunas na frase a seguir e assinale a alternativa correta.

A \_\_\_\_\_ é a supressão de um ato administrativo legítimo e eficaz realizado pelo

(a) \_\_\_\_\_. O ato ilegal ou ilegítimo ensejará a \_\_\_\_\_.

(A)revogação - Administração Pública - anulação

(B)anulação - Judiciário - revogação

(C)revogação - Judiciário - anulação

(D)anulação - Administração Pública – revogação

---

De fato, atos legais são passíveis de revogação, se inconvenientes. E esta só pode ser feita pela Administração. Os atos ilegais são passíveis de anulação. Gabarito "A"

8. Em relação à organização administrativa, pode-se afirmar que:

(A)no âmbito estadual, a criação de uma secretaria constitui exemplo de descentralização administrativa.

(B)somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

(C)é exemplo de desconcentração a criação de uma agência reguladora.

(D)as organizações sociais integram a Administração Pública descentralizada.

---

A: incorreta, pois o caso narrado é de *desconcentração*, e não de *descentralização*, pois se trata de distribuição interna de competência (já que uma secretaria é um *órgão* interno de um ente), e não de distribuição externa de competências; B: correta (art. 37, XIX, da CF); C: incorreta, pois a criação de um agência reguladora é uma distribuição externa de competência (ou seja, é a distribuição de competência de uma pessoa jurídica para outra pessoa jurídica), de modo que se trata de *descentralização*, e não de *desconcentração*; D: incorreta, pois as organizações sociais são entidades privadas não criadas pelo Estado, de modo que não fazem parte da Administração Pública, apesar de colaborarem com esta. Gabarito "B"

9. São traços distintivos entre empresa pública e sociedade de economia mista:

- (A) forma jurídica; composição do capital e foro processual.
  - (B) foro processual; forma de criação e objeto.
  - (C) composição de capital; regime jurídico e forma de criação.
  - (D) objeto; forma jurídica e regime jurídico.
- 

A empresa pública pode ser criada mediante qualquer *forma jurídica* (S/A, Ltda etc.), ao passo que a sociedade de economia mista só por S/A. A *composição do capital* de uma empresa pública só traz recursos públicos, diferentemente da sociedade de economia mista, na qual há capital público e privado. O *foro processual* para as ações de interesse de empresa pública federal é a Justiça Federal, ao passo que as de interesse de sociedade de economia mista federal, da Justiça Estadual. Gabarito "A"

10. A qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos previstos na respectiva lei é ato
- (A) complexo, uma vez que somente se aperfeiçoa com a instituição do Termo de Parceria.
  - (B) composto, subordinando-se à homologação da Chefia do Poder Executivo.
  - (C) discricionário, uma vez que depende de avaliação administrativa quanto à sua conveniência e oportunidade.
  - (D) vinculado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos em lei.
- 

GABARITO "D" – A alternativa "d" está correta, pois traz o texto do art. 1º, § 2º, da Lei 9.790/99 ("a outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei" – g.n.).

## ÉTICA PROFISSIONAL

11. Assinale a opção correta em relação ao Estatuto da OAB.
- (A) Juntamente com a eleição do Conselho Seccional e da Subseção, os advogados elegem diretamente o Conselho Federal da OAB.
  - (B) Uma subseção pode abranger um ou mais municípios e, ainda, partes de município.
  - (C) Uma seccional pode abranger um ou mais estados da Federação.
  - (D) Uma Caixa de Assistência aos Advogados não tem personalidade própria, mas o Conselho Seccional a que ela se vincula, sim.
- 

A: art. 63 e ss da Lei 8.906/94; B: art. 60, § 1º, da Lei 8.906/94; C: art. 45, § 2º, da Lei 8.906/94; D: art. 62, *caput*, da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

12. João, administrador de empresas desempregado, e Júlio, mecânico, por não disporem dos recursos financeiros necessários à constituição de advogado, resolveram ingressar em juízo pessoalmente. João impetrou *habeas corpus* em favor de seu irmão Jânio, e Júlio ingressou com ação no juizado especial civil. Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta.
- (A) Apenas na impetração de *habeas corpus* é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado.
  - (B) Em ambas as circunstâncias descritas, seria impossível ingressar em juízo sem constituir advogado.

(C) Para ingressar com ação no juizado especial civil sem constituir advogado, é necessário que se comprove formação universitária.

(D) Tanto na impetração de *habeas corpus* quanto no juizado especial civil, em causas cujo valor seja inferior a vinte salários mínimos, é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado.

---

Art. 1º, § 1º, da Lei 8.906/94 e art. 9º da Lei 9.099/95. Gabarito "D"

13. Alberto, estagiário de renomado escritório de advocacia da capital paulista, está inscrito na OAB/SP desde março de 2008 e acompanha os processos do escritório, sob a responsabilidade de um advogado, perante as varas cíveis da primeira instância da capital, bem como no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP). Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com a norma em vigor.

(A) Alberto pode assinar petição de juntada de documento em processo em curso perante qualquer vara cível da capital, sem a assinatura conjunta do advogado por ele responsável.

(B) Mesmo com autorização do advogado responsável, Alberto não pode retirar autos em cartório.

(C) Por estar regularmente inscrito na OAB como estagiário, Alberto pode participar, sem a presença do advogado responsável, das audiências do escritório que estejam em curso nas varas cíveis de primeira instância.

(D) Alberto pode assinar isoladamente apenas as contra-razões de apelação perante o TJ/SP, não lhe sendo permitido fazer qualquer sustentação oral nos julgamentos.

---

A: art. 29, § 1º, III, do Regulamento Geral; B: art. 29, § 1º, I, do Regulamento Geral; C: o art. 29 do Regulamento Geral não traz essa possibilidade; D: o art. 29 do Regulamento Geral não permite a um estagiário a assinatura isolada de contra-razões de apelação. Gabarito "A"

14. Um advogado que atua exclusivamente em Salvador – BA, onde tem seu domicílio profissional e inscrição principal, foi procurado por um cliente para patrocínio de uma ação de repetição de indébito, pelo rito ordinário, na justiça federal, em Aracaju – SE. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da atuação profissional em outro domicílio.

(A) O advogado poderá atuar desde que haja prévia comunicação à OAB/BA, em até cinco dias, a partir da sua primeira atuação nos autos do processo em Aracaju.

(B) Não será possível a atuação do advogado sem a prévia inscrição suplementar na OAB/SE.

(C) O advogado poderá atuar na causa sem prévia inscrição na OAB/SE e sem comunicar o fato à OAB/BA.

(D) A atuação regular do advogado em Aracaju depende de prévia autorização do secretário geral da OAB/SE.

---

Art. 10, § 2º, da Lei 8.906/94. Gabarito "C"

15. De acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, ao advogado que exerça, em Brasília, a advocacia criminal perante o TJDF, o STJ e o STF é assegurado

(A) ingressar livremente nas delegacias de polícia no horário de expediente, desde que na presença do delegado responsável.

(B) adentrar as salas de audiências de primeiro grau, desde que lhe seja dada autorização

do magistrado que estiver respondendo pela respectiva vara.

(C) ingressar livremente na sala de sessões desses tribunais até mesmo além dos cancelos que dividem a parte reservada aos desembargadores e ministros.

(D) dirigir-se aos juízes criminais de primeiro grau em seus gabinetes de trabalho sempre em horário previamente agendado ou em outra condição que os tribunais determinarem.

---

A: art. 7º, VI, b, da Lei 8.906/94; B: art. 7º, VI, b, da Lei 8.906/94; C: art. 7º, VI, a, da Lei 8.906/94; D: art. 7º, VIII, da Lei 8.906/94. Gabarito "C"

16. Otaviano, advogado regularmente inscrito na OAB/GO, aguardava pregão para ato judicial. Após três horas do horário designado, certificou-se de que a autoridade que deveria presidir o ato não havia comparecido. Nessa situação hipotética, Otaviano estaria autorizado a

(A) retirar-se do recinto mediante comunicação protocolizada em juízo.

(B) retirar-se do recinto mediante representação do presidente da seccional.

(C) embargar o referido ato mediante moção de repúdio do presidente da seccional.

(D) requerer a suspensão do referido ato mediante representação ao tribunal de justiça.

---

Art. 7º, XX, da Lei 8.906/94. Gabarito "A"

17. Assinale a única opção que não representa direito dos advogados.

(A) O livre ingresso nas salas de sessões, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.

(B) A comunicação com clientes presos, mesmo sem procuração.

(C) A possibilidade de realização de sustentação oral por no mínimo quinze minutos em recursos após o voto do relator.

(D) Deixar de realizar audiência judicial na hipótese de o juiz se atrasar por mais de 30 minutos, mediante comunicação protocolizada em juízo.

---

A: art. 7º, VI, a, da Lei 8.906/94; B: art. 7º, III, da Lei 8.906/94; C: o art. 7º, IX, da Lei 8.906/94 foi suspenso na ADIN 1.105 (vide também ADIN 1.127-8); hoje, a Lei 8.906/94 estabelece apenas o direito previsto no art. 7º, X; D: Art. 7º, XX, da Lei 8.906/94. Gabarito "C"

18. A personalidade jurídica de uma sociedade de advogados sediada no Pará tem início com o registro, aprovado,

(A) de seu contrato social na Junta Comercial competente.

(B) de seus atos constitutivos na OAB/PA.

(C) de seu contrato social no cadastro unificado do Conselho Federal da OAB.

(D) de seus estatutos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

---

Art. 15, § 1º, da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

19. Rodrigo celebrou contrato de prestação de serviços advocatícios com a sociedade de advogados Carvalho e Pereira, composta por dois advogados, com o objetivo de que ambos o representem judicialmente em uma ação indenizatória. Nessa situação hipotética, a procuração judicial referente à prestação desse serviço

(A) deve ser outorgada aos advogados, com a indicação de que eles fazem parte da referida sociedade.

(B) deve ser outorgada à sociedade, com a expressa enumeração e qualificação dos advogados que a compõem.

(C)deve ser outorgada à sociedade, sendo dispensável a indicação expressa dos advogados que a integram, pois o contrato de prestação de serviços foi celebrado com a pessoa jurídica.

(D)pode ser outorgada tanto à sociedade quanto individualmente aos advogados.

---

Art. 15, § 3º, da Lei 8.906/94. Gabarito "A"

20. Com relação ao advogado empregado, assinale a opção correta.

(A)Considere que Fabiana, advogada da empresa SW, tenha ganhado processo para seu empregador. Nessa situação, caso haja honorários de sucumbência, estes devem ser repassados à empresa, haja vista que Fabiana já é remunerada para defender os interesses da empresa SW.

(B)Considere que Daniel, advogado empregado do banco Z, tenha sido chamado à sala do diretor-presidente e lá recebido ordem para fazer contestação do processo de separação desse diretor-presidente. Nessa situação, Daniel não está obrigado a prestar seus serviços profissionais, visto que a causa é de interesse pessoal do diretor-presidente, sem relação com o contrato de trabalho.

(C)Considere que Marcos, advogado empregado do banco X, tenha recebido ordem para elaborar parecer favorável em um contrato manifestamente ilegal. Nesse caso, por ser empregado do banco, ele não possui independência profissional para fazer, por convicção, parecer contrário ao referido contrato.

(D)O advogado empregado, no exercício da profissão, não pode ter regime de trabalho superior a trinta horas semanais, independentemente de acordo coletivo ou de contrato de dedicação exclusiva.

---

Art. 18, p. único, 20 e 21 da Lei 8.906/94. Gabarito "B"

21. Assinale a opção correta com relação aos honorários advocatícios.

(A)Nos honorários sucumbenciais, impostos por decisão judicial, estão incluídos os contratuais, salvo se estipulado o contrário no contrato entre advogado e cliente.

(B)De acordo com o Estatuto da OAB, é imprescritível a ação de cobrança de honorários contratuais, ainda que o contrato preveja prazo certo para tanto.

(C)Os honorários sucumbenciais são devidos ao advogado pela parte perdedora da ação, podendo o causídico, inclusive, promover a execução ou cumprimento da sentença, conforme o caso, nos próprios autos da causa em que atuou.

(D)Na execução contra a fazenda pública, é vedado ao advogado pleitear ao juízo a expedição de precatório de crédito de honorários contratuais de forma separada do valor devido ao cliente.

---

A: art. 22, *caput*, da Lei 8.906/94 (repare na partícula “e”); B: art. 25 da Lei 8.906/94; C: arts. 23 e 24, § 1º, da Lei 8.906/94; D: art. 23 da Lei 8.906/94. Gabarito "C"

22. Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética relacionada à Lei nº 8.906/1994 — Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) —, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta a assertiva correta.

(A)Adelaide constituiu uma associação e pretende levar o ato de constituição a órgão competente. Nessa situação, para que o ato seja registrado, ele terá, obrigatoriamente, de estar assinado por advogado.

(B)Ronaldo, bacharel em direito não inscrito na OAB, foi preso, em operação da Polícia

Federal, em março de 2008, por determinação de juiz federal. Nessa situação, Ronaldo não pode impetrar habeas corpus perante o TRF, por não exercer a profissão de advogado.

(C) Eduardo foi funcionário de uma empresa de seguros por mais de 25 anos e, em março de 2008, recebeu a comunicação de sua demissão. Irresignado, ele pretende ingressar com reclamação trabalhista perante a justiça do trabalho. Nessa situação, para ingressar com a ação na justiça, Eduardo deverá, obrigatoriamente, contratar um advogado.

(D) Carlos é bacharel em direito e, tendo sido aprovado no exame de ordem, foi inscrito na OAB. Nessa situação, ele não pode ingressar com ação de indenização nos juizados especiais, pois o acesso aos juizados é restrito ao cidadão comum.

---

A: correta, pois, de acordo com o art. 1º, § 2º, da Lei 8.906/94, os atos constitutivos de pessoas jurídicas somente serão admitidos a registro se visados por advogados (há duas exceções apenas: microempresas e empresas de pequeno porte!); B: incorreta, pois a impetração de habeas corpus, consoante prevê o art. 1º, § 1º, da Lei 8.906/94, não exige capacidade postulatória; C: incorreta, visto que o art. 791 da CLT garante a reclamante e reclamado, ao menos nas instâncias ordinárias (vide Súmula 425, TST), o *ius postulandi*, dispensando-se, pois, a intervenção nos atos processuais de advogados; D: incorreto, visto que o advogado poderá atuar perante os juizados especiais, muito embora sua intervenção seja dispensável nas causas em primeira instância cujo valor não supere vinte salários mínimos (art. 9º da Lei 9.099/95). Gabarito "A"

23. Hércules, advogado recém-formado, é procurado por familiares de uma pessoa que descobriu, por vias transversas, estar sendo investigada em processo sigiloso, mas não tem ciência do objeto da investigação. Sem portar instrumento de procuração, dirige-se ao órgão investigador competente para obter informações, identificando-se como advogado do investigado. A autoridade competente, em decisão escrita, indefere o postulado, por estar ausente o instrumento do mandato e, ainda, ser a investigação sigilosa. Diante dessas circunstâncias, à luz da legislação aplicável, é correto afirmar que

(A) o acesso a processo sigiloso é possível aos advogados somente quando requeiram a prática de ato.

(B) o acesso dos advogados dos interessados a processos sigilosos romperia com a proteção que eles mereceriam.

(C) mesmo sem urgência, a atuação do advogado poderia ocorrer, sem mandato, em processo sigiloso.

(D) o processo sigiloso é acessível a advogado portando instrumento de mandato.

---

GABARITO "D"

A: incorreta. De acordo com o art. 7º, XIII, do Estatuto da OAB (EAOAB – Lei 8.906/94), é direito do advogado examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos. Portanto, mesmo que os advogados não requeiram a prática de qualquer ato, lhes assiste o direito de simplesmente consultar/examinar autos de processos findos ou em andamento; B: incorreta. É direito do advogado, como visto, acessar autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, desde que não estejam sujeitos a sigilo. Nesse caso, somente com procuração o advogado terá acesso aos autos; C: incorreta. Como visto, o art. 7º, XIII,



do EAOAB, permite o acesso do advogado a autos de processos administrativos ou judiciais, mesmo sem procuração, desde que não estejam acobertados pelo sigilo. Caso contrário, apenas com procuração da parte interessada (leia-se: parte processual) é que o advogado poderá examinar os autos; D: correta (art. 7º, XIII, EAOAB).

24. Joel é experiente advogado, inscrito há muitos anos nos quadros da OAB. Em atividade profissional, comparece à sessão de tribunal com o fito de sustentar, oralmente, recurso apresentado em prol de determinado cliente. Iniciada a sessão de julgamento, após a leitura do relatório, pelo magistrado designado para tal função no processo, dirige-se à tribuna e, regularmente, apresenta sua defesa oral. No curso do julgamento há menção, pelo Relator de data e fls. constantes dos autos processuais que se revelam incorretas. No concernente ao tema, à luz das normas estatutárias, o advogado

(A)deve aguardar o final do julgamento, com a proclamação do resultado, para apresentar questão de ordem.

(B)poderá usar a palavra, pela ordem, para esclarecer questão de fato, que influencie o julgamento.

(C)não possui instrumento hábil para interromper o julgamento.

(D)após o final do julgamento deverá, mediante nova sustentação oral, indicar os erros cometidos.

---

O art. 7º, X, da Lei 8.906/94 dispõe que é direito do advogado “usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas” (g.n.). Assim, está correta a alternativa “b”. Gabarito "B"

25. No que se refere à imunidade material do advogado, prevista na Lei nº 8.906/1994, assinale a opção correta.

(A)A imunidade material do advogado alcança a difamação, a injúria e a calúnia.

(B)A imunidade material do advogado alcança a difamação e a injúria apenas quando a manifestação se der em juízo.

(C)A imunidade material não exclui a responsabilidade civil ou penal, quando a manifestação do advogado caracterizar calúnia.

(D)Por causa de sua imunidade material, o advogado não pode ser responsável administrativamente perante a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pelos excessos que cometer, se for absolvido nas esferas penal ou civil.

---

Nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei 8.906/94, o advogado goza de imunidade material (leia-se: penal) no tocante aos crimes de injúria e difamação praticados no exercício de sua atividade, seja em juízo ou fora dele. No tocante ao crime de desacato, o STF, no julgamento da ADIN 1.127-8 reconheceu a inconstitucionalidade da imunidade, visto que criaria um enorme descompasso entre o advogado e o juiz (violação à isonomia). Frise-se, ainda, que, quanto aos crimes contra a honra, a imunidade do advogado somente alcança a injúria (art. 140, CP) e difamação (art. 139, CP), mas não a calúnia (art. 138, CP). Assim, os excessos praticados pelo advogado poderão acarretar-lhe responsabilidade penal (ex.: calúnia), civil e ética (administrativa). Gabarito "C"

## DIREITO CONSTITUCIONAL

26. O poder constituinte atribuído aos Estados-membros para se auto-organizarem é denominado

- (A) decorrente.
  - (B) originário.
  - (C) originário-derivado.
  - (D) originário-federativo.
- 

Ao contrário do Poder Constituinte Originário (que é inicial, autônomo, ilimitado e incondicionado), o Poder Constituinte Derivado é secundário, subordinado, limitado, e exercido pelos representantes do povo. Daí resulta que o poder constituinte derivado encontra limites nas regras previstas pelo constituinte originário. Como defendido em doutrina, o poder constituinte derivado pode ser exercido através da reforma da Constituição Federal ou da Constituição Estadual (poder constituinte derivado reformador), pela revisão da Constituição Federal (poder constituinte derivado revisor, art. 3º do ADCT) ou por intermédio da elaboração das Constituições estaduais e da lei orgânica do Distrito Federal (poder constituinte derivado decorrente). Gabarito "A"

27. Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, NÃO se pode incluir

- (A) a Soberania.
  - (B) o Pluralismo político.
  - (C) o trabalho e a livre iniciativa.
  - (D) a cidadania.
- 

Art. 1º, I a V, da CF. Gabarito "C"

28. Declarada a inconstitucionalidade de lei pelo Supremo Tribunal Federal, a eficácia erga omnes da decisão dependerá da suspensão de sua execução pelo Senado Federal:

- (A) com a posterior sanção do Presidente da República;
  - (B) só quando o objeto da decisão tratar de lei estadual inválida;
  - (C) só quando a declaração de inconstitucionalidade tenha sido proferida incidentalmente no curso de um processo comum;
  - (D) só quando o Supremo Tribunal Federal assim decidir;
- 

No controle concentrado a eficácia *erga omnes* é consequência da declaração de inconstitucionalidade pelo STF (art. 28, parágrafo único, Lei 9.868/1999). No controle difuso, depende de publicação de resolução pelo Senado Federal (art. 52, X, CF). Gabarito "C"

29. “Qualquer cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos, pode invalidar atos ou contratos administrativos ilegais ou lesivos ao patrimônio da União, Distrito Federal e Municípios”.

Essa afirmação refere-se a

- (A) Mandado de segurança.
  - (B) Habeas Data.
  - (C) Ação popular.
  - (D) Ação de improbidade administrativa.
- 

Art. 5º, LXXIII, da CF. Gabarito "C"

30. São considerados brasileiros natos, pela Constituição Federal,
- (A) os que optaram pela nossa nacionalidade e aqui residiram por um ano ininterrupto.
  - (B) os aqui nascidos, ainda que de pais estrangeiros a serviço do seu país de origem.
  - (C) os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros.
  - (D) os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros que estejam a serviço do Brasil.
- 

Art. 12, I, *b*, da CF Gabarito "D"

31. As imunidades parlamentares – material e formal – constituem garantia significativa para o exercício do mandato concedido pelo povo aos integrantes do Poder Legislativo.
- (A) As imunidades podem ser objeto de renúncia.
  - (B) A imunidade parlamentar material obsta a propositura de ação penal ou indenizatória contra o membro do Poder Legislativo pelas opiniões, palavras e votos que proferir e exige relação de pertinência com o exercício da função.
  - (C) A imunidade parlamentar formal somente garante ao integrante do Poder Legislativo a impossibilidade de ser ou de permanecer preso.
  - (D) A imunidade parlamentar material será aplicável somente nos casos em que a manifestação do pensamento ocorrer dentro do recinto legislativo.
- 

A: A imunidade não é prerrogativa individual do congressista, mas garantia da independência do Legislativo, a quem se dirige. Assim, constitui garantia institucional, sendo insuscetível de renúncia; B: A imunidade material tem aplicação nos campos civil e penal (art. 53 da CF); C: Não reflete o disposto no art. 53, § 2º, da CF; D: Não reflete o disposto no art. 53 da CF. Gabarito "B"

32. São requisitos para a quebra do sigilo fiscal e bancário, dentre outros:
- (A) autorização judicial e facultatividade da manutenção do sigilo.
  - (B) determinação de Comissão Parlamentar de Inquérito e individualização do investigado e do objeto da investigação.
  - (C) determinação da Receita Federal ou do Banco Central e dispensabilidade dos dados em poder desses órgãos.
  - (D) autorização judicial exclusiva e integral observância do princípio do contraditório em qualquer fase da investigação.
- 

A: De acordo com o art. 5º, XII, da CF, exige-se ordem judicial (matéria sujeita à “reserva de jurisdição”), salvo para as CPIs, mas a manutenção do sigilo é imperiosa; B: O STF entende que as CPIs podem determinar a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico por terem poderes próprios de autoridades judiciais, desde que o ato seja adequadamente fundamentado e revele a necessidade objetiva da medida extraordinária; C: As autoridades fiscais não têm poder para determinar a quebra do sigilo bancário e fiscal; D: Na fase inquisitorial, o STF admite sua quebra sem a oitiva prévia do investigado (V. STF, HC 55.447; HC 69.372; RE 136.239). Gabarito "B"

33. No que diz respeito à nacionalidade, é correto afirmar que são considerados brasileiros naturalizados os
- (A) estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há cinco anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

(B)nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.

(C)nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

(D)que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

---

A: Não reflete o disposto no art. 12, II, “b”, da CF; B: Será brasileiro nato, segundo o art. 12, I, “a”, da CF; C: Será brasileiro nato, segundo o art. 12, I, “b”, da CF; D: Art. 12, II, “a”, da CF. Gabarito "D"

34. Assinale dentre as proposições abaixo a assertiva INCORRETA:

(A)Declarada *incidenter tantum* a inconstitucionalidade da lei ou ato normativo pelo STF desfaz-se, desde sua origem, o ato declarado inconstitucional, juntamente com todas as consequências dele derivadas.

(B)É cabível a realização de controle de constitucionalidade difuso ou concentrado em relação a normas elaboradas em desrespeito ao devido processo legislativo, por flagrante inconstitucionalidade formal.

(C)A ação direta de inconstitucionalidade, no âmbito do controle concentrado e respeito à legalidade, constitui instrumento hábil para controlar a compatibilidade de atos normativos infralegais em relação à lei que se referem.

(D)Na via de exceção, a pronúncia do Judiciário, sobre a inconstitucionalidade, não é feita enquanto manifestação sobre o objeto principal da lide, mas sim sobre questão prévia, indispensável ao julgamento do mérito.

---

A: A declaração de inconstitucionalidade, em regra, possui eficácia *ex tunc*, atingindo a validade da lei desde sua edição. Entretanto, é bom lembrar que o art. 27 da Lei 9.868/1999 permite a modulação de efeitos da decisão; B: Se determinada norma é editada sob uma forma diferente daquela determinada pela Constituição haverá vício *formal*, que poderá ser constatado em controle difuso (por qualquer juiz ou tribunal, ao julgar um caso concreto), como em controle concentrado (diretamente pelo STF, em processos objetivos de constitucionalidade); C: Só cabe controle concentrado em relação a leis ou atos normativos federais ou estaduais em face da Constituição Federal (art. 102, I, “a”, da CF); D: No controle difuso, qualquer juiz ou tribunal pode declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, desde que a questão constitucional não seja o pedido principal da ação, ou seja, desde que tenha surgido em um caso concreto, como fundamento da ação. Ex.: Pedido de não-pagamento de tributo (pedido principal) sob a alegação de que é inconstitucional (fundamento do pedido, ou causa de pedir). Se o pedido de declaração de inconstitucionalidade for o objeto principal da ação, cabe apenas ao STF apreciar a matéria (controle concentrado). Gabarito "C"

35. É uma das condições de elegibilidade, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, para concorrer aos cargos de Senador, Deputado Federal, Governador e Prefeito possuir, respectivamente, a idade mínima de:

(A)35, 21, 30 e 21 anos.

(B)35, 35, 21 e 21 anos.

(C)30, 30, 21 e 18 anos.

(D)35, 30, 30 e 18 anos.

---

Art. 14, § 3º, VI, “a”, “b” e “c”, da CF. Gabarito "A"

## **DIREITO AMBIENTAL**

36. Assinale a opção correta com relação aos princípios do direito ambiental.

(A) O ressarcimento do dano ambiental deve ocorrer, preferencialmente, mediante indenização em dinheiro, e, secundariamente, pela reparação natural do ambiente degradado.

(B) Conforme o princípio do limite, o particular que pretenda desenvolver atividade ou empreendimento que cause significativa degradação ambiental tem o dever de fixar parâmetros que levem em conta a proteção da vida e do próprio meio ambiente.

(C) Em conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável, o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas as necessidades do tempo presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

(D) O princípio do poluidor-pagador estabelece que a pessoa, física ou jurídica, antes de desenvolver atividade considerada causadora de degradação ambiental, terá de pagar para evitar a contaminação.

Comentário: A: segundo o princípio da reparação integral deve-se buscar a restauração ou recuperação do bem ambiental lesado, procurando retornar à situação anterior (art. 225, § 3º, da CF); B: trata-se, na verdade, do princípio da prevenção, que impõe, como forma de evitar um dano ambiental, licenciamentos, estudos, reformulações de projetos, sanções; no caso específico da alternativa, há de se realizar EIA/RIMA, tendo em vista a potencial causação de significativo impacto ambiental (art. 225, § 1º, IV, da CF); C: a alternativa traz o conceito do princípio do desenvolvimento sustentável; de fato, há de haver um equilíbrio entre as necessidades de cada geração e a preservação do meio ambiente para cada uma das gerações; aliás, nesse ponto, a doutrina também faz referência ao princípio da equidade geracional; D: o princípio do poluidor-pagador é aquele que impõe ao poluidor o dever de prevenir a ocorrência de danos ambientais e de reparar integralmente eventuais danos que causar com a sua conduta; aliás, a alternativa é absurda, pois, pagando, não se evita contaminação.

Gabarito: “C”

37. Considerando a repartição de competências ambientais estabelecida na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) Deverá ser editada lei ordinária com as normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para o exercício da competência comum de defesa do meio ambiente.

(B) A exigência de apresentação, no processo de licenciamento ambiental, de certidão da Prefeitura Municipal sobre a conformidade do empreendimento com a legislação de uso e ocupação do solo decorre da competência do município para o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

(C) Legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição é de competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com fundamento no artigo 24 da Constituição Federal.

(D) A competência executiva em matéria ambiental não alcança a aplicação de sanções administrativas por infração à legislação de meio ambiente.

Comentário: A: incorreta; de acordo com o art. 23, VI, da Constituição, a competência *material* (ou *administrativa* ou *executiva*), como, por exemplo, a competência para a fiscalização do meio ambiente, é, de fato, *comum* da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; porém, o parágrafo único do art. 23 estabelece que “*leis complementares* fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional” (g.n.); ou seja, não basta *lei ordinária*, sendo necessário *lei complementar* para fixar a cooperação entre os entes políticos nessa matéria; B: correta, pois é de competência do Município o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo (art. 30, VIII, da CF); C: incorreta, pois as matérias “proteção do meio ambiente e controle da poluição” estão previstas no art. 23, VI, da CF como matérias da competência *material* e *comum* da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos *Municípios*, e não da competência *legislativa* e *concorrente* da União, dos Estados e do Distrito Federal, sendo certo que o art. 24, VII e VIII, da CF traz redação diferente daquela prevista no enunciado da questão (“proteção do meio ambiente e controle da poluição”); bom, o fato é que para resolver a questão o examinando tinha que conhecer as palavras exatas dos dispositivos constitucionais citados; D: incorreta, pois a competência *executiva* (também chamada de competência *material* ou *administrativa*) é justamente aquela que tem por objeto *executar a lei* (ao contrário da competência *legislativa*, que é a de *fazer a lei*); assim, considerando que *fiscalizar* o meio ambiente importa em *executar* a lei, a competência executiva inclui, sim, a competência para fiscalizar o meio ambiente, tornando a alternativa incorreta.

Gabarito: "B"

38. Considerando a tutela do meio ambiente cultural, assinale a opção correta.

(A) São bens sujeitos a tombamento os provenientes da atividade humana, como os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural. Os bens naturais, como os sítios arqueológicos e as paisagens naturais, não podem ser objeto de tombamento ambiental.

(B) Compete à União, aos estados e ao DF legislar concorrentemente sobre a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

(C) O tombamento, como instrumento de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, pode recair em bens particulares, mas não em bens públicos.

(D) Um bem somente pode ter reconhecido seu valor cultural e ser, portanto, objeto de tombamento, por via legislativa ou por intermédio de procedimento administrativo, não admitindo a legislação que o tombamento seja feito por determinação jurisdicional.

Comentário: Comentário: A: art. 216, V, c/c o art. 216, § 1º, da CF; B: art. 24, VII, da CF; C: o Dec.-lei 25/37 admite o tombamento de bens públicos (art. 5º); D: como nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito pode ser subtraída da apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), é possível que se ingresse com ação judicial (ação popular ou ação civil pública) para que o tombamento seja determinado.

Gabarito: "B"

39. Quanto à constituição e ao funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), julgue os itens que se seguem.

I. A participação dos membros do CONAMA é considerada serviço de natureza relevante e não será remunerada, cabendo às instituições representadas o custeio das despesas de deslocamento e estadia.

II. O CONAMA é composto pelo plenário, pelas câmaras técnicas e pelos diretórios regionais de políticas socioambientais.

III. Nesse Conselho, é obrigatória a presença de um representante de sociedade civil legalmente constituída, de cada uma das regiões geográficas do país, cuja atuação esteja diretamente ligada à preservação da qualidade ambiental e cadastrada no Cadastro Internacional das Organizações Não-Governamentais Ambientalistas.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item II está certo.

(C) Apenas o item III está certo.

(D) Todos os itens estão certos.

Comentário: I: art. 6o, § 4o, do Decreto 99.274/90; II: art. 4o do Decreto 99.274/90; III: art. 5o, VIII, do Decreto 99.274/90.

Gabarito: "A"

40. Acerca da PNMA, assinale a opção correta.

(A) O órgão superior do SISNAMA é o Ministério do Meio Ambiente.

(B) O cadastro técnico federal de atividades e instrumentos de defesa ambiental é considerado instrumento da PNMA.

(C) O proprietário de imóvel rural pode instituir servidão ambiental, inclusive nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, desde que com a anuência do órgão ambiental competente.

(D) O órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é o Conselho de Governo.

Comentário: A: incorreta, pois o órgão superior do SISNAMA é o Conselho de Governo (art. 6º, I, da Lei 6.938/81); B: correta (art. 9º, VIII, da Lei 6.938/81); C: incorreta (art. 9º-A, § 1º, da Lei 6.938/81); D: incorreta, pois o órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é o CONAMA (art. 6º, II, da Lei 6.938/81).

Gabarito: "B"